Domingo, 01 de Novembro de 2026

Governadores e parlamentares reagem a decreto de Lula sobre uso da força policial

Oposição fala em interferência do governo federal e prejuízo à segurança pública

O decreto publicado pelo Ministério da Justiça para regulamentar o uso da força por policiais em todo o país virou alvo de críticas de governadores de opoisição ao Presidente Luis Inacio Lula da Silva (PT)**.**

Na rede social X, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), disse que “o crime organizado celebra o grande presente de Natal recebido pelo presidente Lula”.

Caiado entende que o decreto garante mais liberdade de ação aos criminosos, promove o engessamento das forças policiais e foca apenas em crimes de menor potencial ofensivo.

“O decreto impõe aos estados que, caso não sigam as diretrizes do governo do PT para a segurança pública, perderão acesso aos fundos de segurança e penitenciário. Trata-se de uma chantagem explícita contra os estados, que acaba favorecendo a criminalidade”, escreveu.

No mesmo tom crítico, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), afirmou à **CNN** que as diretrizes estabelecidas pelo governo são inconstitucionais.

Para Ibaneis, o decreto fere o artigo 144 da Constituição Federal, que define quais são as corporações que integram as forças de segurança no Brasil.

“Interferência total. Uma pena que o governo federal, ou melhor, o presidente Lula não saiba seu espaço.Quem faz segurança pública são os estados ”, disse.

Bancada da bala se mobiliza

No Congresso Nacional, deputados da chamada "bancada da bala" , formada por políticos ligados a forças policiais, se preparam para reagir ao decreto.

Congressistas ouvidos pela **CNN** criticaram o fato de que o texto foi elaborado sem debates públicos ou discussão prévia com parlamentares.

Para o deputado federal Ubiratan Sanderson (PL-RS), o governo Lula quer “criminalizar a atividade policial”.

“Ninguém foi consultado ou ouvido a respeito. A iniciativa do governo busca tolher as ações policiais, em claro prejuízo à segurança pública brasileira”, afirma.

O parlamentar declarou que pretende protocolar um Projeto de Decreto Legislativo (PDL) junto à Câmara dos Deputados para derrubar o decreto do governo federal.

Entenda o decreto

O documento estabelece que o Ministério da Justiça terá competência para editar regras complementares, financiar, formular e monitorar ações relacionadas à atuação policial.

O decreto também especifica que a força deve ser usada pelos agentes apenas em casos de ameaça real ou potencial. Com isso, o uso da arma de fogo deve ser feito como último recurso.

O documento foi enviado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, à Casa Civil para análise. Em seguida, o texto será encaminhado para assinatura do presidente Lula.

Lewandowski destacou que as medidas visam uma atuação policial mais consciente.

“A proposta é que a força seja aplicada de maneira proporcional, em resposta a uma ameaça real ou potencial, priorizando a comunicação, a negociação e o uso de técnicas que evitem a escalada da violência”, afirmou o ministro.

fonte CNN

Com informações de Gabriela Prado